



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (043) 468 1123

LEI N.º 021/2003

SÚMULA:- DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS PAGAMENTOS DE DÉBITOS JUDICIAIS DA FAZENDA MUNICIPAL, DE PEQUENO VALOR, SEM EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BOM, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º. Fica fixado o Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de débitos judiciais até o valor correspondente a 10 (dez) salários mínimos nacional, independentemente de expedição de precatórios, nos termos do Art. 100, § 3º da Constituição Federal, combinado com o Art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja requisição de pagamento de crédito será feita pelo Juiz da execução diretamente ao Executivo Municipal, que adotará a seguinte sistemática para realização do pagamento:

I- O Departamento Municipal de Administração e Finanças organizará mensalmente as requisições em ordem cronológica com a relação de valores por credor.

II- O Diretor do Departamento de Administração e finanças deverá providenciar junto à seção de contabilidade o registro contábil necessário, emitindo-se em seguida o respectivo empenho que será encaminhado à tesouraria para a liberação do valor requisitado.

III- O valor requisitado depois de liberado pelo Executivo Municipal deverá ser depositado em estabelecimento oficial, a ordem do Juiz da execução, cabendo a este ao expedir o alvará, determinar, se for o caso, a retenção do Imposto de Renda.

Art. 2º. O débito de valor superior a 10 (dez) salários mínimos, será pago sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor optar pelo recebimento sem precatório, renunciando ao que exceder o limite.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (043) 468 1123


Art. 3º. As requisições de pagamentos de que trata esta Lei, firmadas pelo Juiz da execução, deverá informar o nome das partes, o valor a ser pago e o número do processo originário, sendo necessariamente acompanhadas das seguintes peças:

- I- O requerimento da parte exequente pelo pagamento sem precatório;
- II- A expressa renúncia dos créditos excedentes, quando se tratar de valor superior ao limite reconhecido como de pequeno valor;
- III- A planilha discriminada, individualizada por credor, do cálculo correspondente ao valor expresso na requisição;
- IV- Certidão de que as peças juntadas por cópias são autênticas;
- V- Certidão do Juízo de que não há pendência de qualquer recurso;

Art. 4º. Em virtude do elevado volume de ações em tramitação nas instâncias judiciárias, fica o Executivo Municipal autorizado a promover o parcelamento do débito de cada credor que se enquadrar dentro das normas da presente Lei, em até 10 (dez) parcelas mensais.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Bom, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de setembro de 2003.


Moisés José de Andrade
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Bom
Gabinete do Prefeito